

PERCURSOS EDUCATIVOS EM DUQUE DE CAXIAS: IMAGENS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

Renata Spadetti

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e
Baixada Fluminense - CEPEMHed
spatuao@hotmail.com

Marluce Souza de Andrade

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e
Baixada Fluminense - CEPEMHed
marlucesouzadeandrade@gmail.com

Leandro Sartori

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
leandrosartorigoncalves@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho configura-se em um recorte do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), no qual se pretende compreender os diferentes processos que permeiam a educação na cidade, tanto no que diz respeito à organização formal das redes de ensino, quanto à presença de outras instituições e agentes que tiveram atuação na educação na cidade e na região. Neste recorte, vamos nos ater a um dos braços do projeto: a investigação sobre as instituições educativas. O contexto do município de Duque de Caxias na década de 1960, pouco depois de sua emancipação ocorrida em 1943, voltava-se para a crescente urbanização do território, condicionado pela criação de indústrias e rodovias que facilitavam o crescimento econômico. Da mesma forma, o crescimento populacional promovido, também, pela proximidade com o município do Rio de Janeiro foi um elemento central para a ocupação da região. Os processos educativos contavam com poucas instituições que, na maioria das vezes, foram operacionalizadas em espaços como bares, casas, galpões, varandas, entre outros locais, que não haviam sido construídos, intencionalmente, com o objetivo de desenvolver educação formal. Isto posto, no ano de 1962, foi criado, na cidade de Duque de Caxias, o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), com a atribuição de ofertar formação de professores, em âmbito público. Neste trabalho, procura-se compreender o percurso de criação de uma instituição educativa de formação de professores, em uma cidade cujos processos de urbanização e industrialização apresentavam-se em estágio inicial, no período entre 1962 e 1970, identificando os sentidos e as relações que motivaram a sua constituição. Convém analisar o movimento das singularidades da instituição educativa e dos vestígios deixados pelas relações sociais que se conformam nas relações instituídas (SANFELICE, 2016) no território. Entende-se que o objeto singular é visto a partir de sua

gênese nos processos sociais mais amplos, partindo da aparência imediata da imagem em direção às mediações que a constituem. Desse modo, as fontes utilizadas como objeto de estudo compõem a coleção de fotografias reunidas pelo projeto “Memórias em Cartão. A Educação em Duque de Caxias”, desenvolvido pelo CEPEMHed. Propõe-se a concepção de fotografia como fonte histórica, a partir da categoria de mediação, entendendo-a como uma produção social cujo conhecimento não se limita à aparência da imagem (CIAVATTA, 2004), implicando um trabalho de contextualização da fotografia, do acontecimento, dos sujeitos retratados e das relações que estabelecem na totalidade social a que pertencem. Nossos estudos apontam que a criação de um Instituto de Educação em Duque de Caxias remonta as movimentações em torno da conjuntura de expansão da rede pública da cidade e da obrigatoriedade de formação em nível secundário para o trabalho nas instituições escolares, determinada pelos processos recentes de urbanização, em consonância com a legislação que se propunha a regulamentar a educação nacional, desde 1961.

Palavras-chave: IEGRS. Duque de Caxias. Instituições Educativas.

Introdução

Este artigo tem como proposta discutir os processos educativos em Duque de Caxias a partir da análise de imagens produzidas sobre o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) entre 1962-1970, apresentando um recorte da pesquisa desenvolvida pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd). Na primeira parte do texto, situa-se a conjuntura nacional e local de criação do IEGRS. E, na segunda, levantam-se os aspectos históricos presentes na implementação da instituição em análise.

O CEPEMHEd foi instituído a partir da reivindicação dos profissionais da educação preocupados com a salvaguarda do patrimônio histórico na cidade de Duque de Caxias. Na esteira desse movimento que o estruturou, materializa seu trabalho sob três importantes eixos: a pesquisa, que fundamenta o processo de produção de conhecimento acerca da educação na cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense; o arquivo, visando à conservação preventiva dos documentos da área; e a formação, como meio de fomentar o debate sobre a teoria e as práticas em educação patrimonial.

Seu projeto de pesquisa tem por objetivo geral compreender de que forma os processos educativos foram constituídos em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense. Para tanto, se faz necessário investigar as políticas públicas educacionais e os seus desdobramentos; identificar os sujeitos e os projetos político-educacionais em disputa no processo educativo na Baixada Fluminense; e problematizar o papel desempenhado pelas instituições educativas no território e as especificidades das relações estabelecidas entre as políticas de cunho nacional e regional.

Nesse sentido, o estudo acerca da história das instituições educativas tem se mostrado um importante braço da pesquisa mais ampla desenvolvida pelo CEPEMHed, sobretudo porque implica:

(...) mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, (...) ir em busca de suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou, e de muitas outras coisas (SANFELICE, 2016, p. 29).

Neste texto, especificamente, objetiva-se analisar aspectos relacionados à criação de um colégio hoje denominado Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) no município de Duque de Caxias/RJ, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, na conjuntura da década de 1960.

Cada instituição educativa tem sua história entrelaçada a fatores conjunturais e estruturais que a atravessam, constituindo os processos educativos da cidade. Entre as instituições escolares se destaca o IEGRS, por sua importância histórica como primeira escola de formação de professores pública da cidade de Duque de Caxias. O CEPEMHed¹ tem atuado junto a esta instituição no processo de organização e conservação do seu acervo; pesquisa, guarda e disponibilização de seus documentos; e registro de suas memórias junto à comunidade escolar. Entre os trabalhos desenvolvidos, destaca-se aqui o “Projeto Memórias em Cartão: Educação em Duque de Caxias”, fruto da pesquisa realizada por ocasião dos 50 anos desta instituição, tendo como produto um conjunto de cartões-postais com imagens e aspectos históricos referentes a sua constituição na cidade. Para este artigo foram selecionados quatro cartões-postais, cuja análise procura responder a questão central: por que foi criado um instituto de educação em Duque de Caxias na conjuntura da década de 1960?

A opção pelo registro fotográfico deu-se devido à compreensão das possibilidades de ampliação do uso dessa fonte nas pesquisas acerca das instituições educativas, sobretudo pelos avanços científicos que configuraram um aumento na capacidade de captação das imagens, assim como na velocidade da sua propagação. Como um registro construído, a fotografia capta fragmentos de uma realidade que, em determinado tempo e espaço, se pretendeu evidenciar ou apagar.

¹ O CEPEMHed desenvolve trabalho de organização e tratamento dos documentos históricos produzidos pelo IEGRS, ao longo dos seus 60 anos de existência. Esse trabalho é realizado na Sala de Arquivo do IEGRS inaugurada no ano de 2015. Estima-se que o arquivo do IEGRS apresenta um quantitativo maior do que mil fotografias referentes às práticas educativas desenvolvidas desde a sua implementação.

Acredita-se que os registros fotográficos de uma instituição educativa podem contribuir com apontamentos sobre um determinado tempo e espaço, no que tange às condições do trabalho docente, às ideias pedagógicas, aos prédios escolares, às relações políticas que a engendram e às determinações estruturais que a configuram como mediadora de processos reprodutores ou emancipadores. Entende-se que o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, partindo da aparência imediata da imagem em direção às mediações que a constituem. Ao indagar a fotografia buscando o que se encontra oculto no registro, procura-se superar uma visão fragmentada, identificando os interesses dos grupos sociais que a criaram e a conjuntura na qual tal registro foi produzido (CIAVATTA, 2004).

O trabalho com as fotografias, neste artigo, voltou-se para a identificação das possíveis relações que se pode estabelecer acerca das práticas escolares, dos aspectos estruturais e das conjunturas históricas que constituem uma instituição educativa pública de formação de professores, em determinado tempo e espaço. Implicou, portanto, um trabalho de contextualização da fotografia, do acontecimento, dos sujeitos retratados e das relações que estabeleceram na totalidade social a que pertencem. Cabe salientar que o entrecruzamento com outras fontes foi um caminho de significativa relevância para a contextualização do registro fotográfico para além da pura representação. Neste caso, nos remetemos à conjuntura de 1960 quando ocorreu a criação do IEGRS em Duque de Caxias.

A conjuntura de criação do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira: aspectos nacionais e locais

Na primeira metade do século XX, houve intenso debate sobre os caminhos atribuídos à educação no Brasil. Os debates que vinham sendo desenvolvidos desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, que se intensificaram com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, procuraram reforçar a função, essencialmente pública, da educação, baseada nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola, abrangendo os diferentes níveis de ensino desde a educação pré-escolar até o ensino universitário. Como um documento educacional importante para os debates do período, o Manifesto expressou a posição de uma corrente de educadores, em prol da “busca pela hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade, capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção da educação pública, tanto no âmbito do governo central como dos Estados federados” (SAVIANI, 2014, p. 33). As

posições firmadas no Manifesto fizeram-se sentir nos debates da Constituinte de 1933-1934, na reestruturação do Conselho Nacional de Educação (1937) e na Constituição do Estado Novo (1937) (SAVIANI, 2014).

Do ponto de vista da administração do ensino público, torna-se necessário ressaltar o período entre 1931 e 1961 (SAVIANI, 2014), no qual se entende que tem início o tratamento da educação enquanto uma questão nacional. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos² foram instrumentos utilizados como tentativa de organização do ensino universitário e secundário. Embora o ensino primário não tenha sido contemplado, esse movimento instituiu uma importante pauta em prol da implementação, em âmbito nacional, da educação brasileira.

Com as discussões pela garantia do direito à educação como estratégia para colaborar com o desenvolvimento nacional e a formação de quadros profissionais, se tornou necessário ampliar as oportunidades de formação de docentes. As Escolas Normais, de certa forma, tinham iniciado a tentativa de organização da formação do professor em nível secundário para atuar nos anos iniciais da escolarização. Em contrapartida, o curso superior em Pedagogia surgiu com duas finalidades: “(...) 1) *formar técnicos em educação* para atuar junto à estrutura burocrática dos sistemas de ensino (...); 2) *formar professores* para o exercício da docência no ensino secundário, no Curso Normal (...)” (SCHEIBE; DURLI, 2021, p. 36).

Foram intensas as disputas em torno do estabelecimento dos princípios legais da educação brasileira, em especial ao considerar a Campanha em Defesa da Escola Pública, que ocorreu em fins dos anos 1950, se contrapondo aos interesses de setores conservadores vinculados ao ensino religioso e privado (BARÃO, 2008). A conjuntura culminou com a promulgação da LDB de 1961. No que se refere à formação de professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, consolidou um modelo de formação que pressupunha que:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

² A Reforma Francisco Campos baixou um quantitativo de seis decretos: decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior e adotou o regime universitário; o decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; e decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2014).

- Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:
- a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;
 - b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial.
- Art. 54. As escolas normais, de grau ginásial, expedirão o diploma de regente de ensino primário, e as de grau colegial, o de professor primário.
- Art. 55. Os institutos de educação, além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial. (BRASIL, 1961)

Como fica evidente, os Institutos de Educação ganham preponderância no oferecimento de cursos para formar professores e profissionais das escolas de educação primária. A criação de instituições educativas de formação de professores pode ser sentida, em Duque de Caxias, a partir da implementação da primeira instituição educativa pública de formação de professores, o IEGRS, em um território cujos processos de industrialização, urbanização e criação de redes de escolarização ainda se encontravam em estágios primários.

A cidade emancipada administrativamente em 1943 contava com a migração interna que ocupava o entorno da cidade do Rio de Janeiro, devido, em parte, à crise de 1930, que provocou a fragilização da economia rural e uma avalanche populacional (BRAZ; ALMEIDA, 2010). O governo federal realizou várias ações de saneamento na região para que as terras insalubres fossem loteadas por migrantes. Nos primeiros anos da década de 1960, existia quase 80% do total de loteamentos, e as tensões entre as necessidades cotidianas e a falta de investimentos públicos para o seu atendimento apenas se tornavam mais evidentes.

A constituição da estrutura administrativa da cidade contava com melhorias urbanas concentradas nos bairros centrais, localizados no entorno das estações ferroviárias, com perfil comercial, principalmente o entorno da estação de Duque de Caxias. A organização da educação, em Duque de Caxias, dispunha de estruturas similares às dos grupos escolares mantidos pela esfera estadual, além de escolas organizadas pelos moradores em casas, varandas, bares, entre outros estabelecimentos, que anos mais tarde foram encampadas pelo município. Poucas eram as construções que foram idealizadas para serem escolas, no âmbito do município (ARAUJO et al., 2018).

No que tange à formação de professores, o território contava com duas escolas privadas, sendo uma delas de orientação confessional católica (DAVID et al., 2017). Isso evidencia que a criação de uma escola pública e laica de formação de professores primários foi um marco para a educação no município.

Cabe considerar que o início dos anos 1960, ocasião da promulgação da primeira LDB, foi marcado por acaloradas discussões não só no âmbito educativo, mas, também, em outras esferas. O Governo de João Goulart é reconhecidamente lembrado por ser um período de ampla mobilização de setores da sociedade civil em prol de pautas de modernização e desenvolvimento por meio de reformas de base. A efervescência dos movimentos sociais e sindicais em prol de direitos básicos, como condições de moradia e trabalho, nos anos 1960, e a criação da refinaria de petróleo de Duque de Caxias em 1961, que atraiu uma série de outras empresas do ramo petroquímico, estabelecendo em seu entorno um polo de referência nacional, chamaram a atenção no que se refere à organização dos trabalhadores.

Cabe destacar que tais fatos saltam aos olhos já no governo militar para possíveis conflitos na região. O contexto nacional de repressão se refletiu na conjuntura de Duque de Caxias, considerada “área de segurança nacional” em 1968, vendo-se impossibilitada de eleger prefeitos para a administração da cidade e limitando, em certos aspectos, a possibilidade de avançar na conquista de alguns direitos.

Aspectos históricos da instituição em análise

Como salientado na introdução, este trabalho origina-se de um conjunto de fotografias que retratam parte dos processos educativos materializados em Duque de Caxias na década de 1960, na conjuntura política permeada pelo golpe militar. A pesquisa que deu origem à Coleção do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) foi desenvolvida na ocasião do aniversário de 50 anos da instituição e procurou apontar alguns aspectos da implementação da formação de professores em uma escola pública na cidade. A partir da concepção de fotografia como fonte de pesquisa – cuja produção social é mediada por elementos que atravessam a aparência do que se quer representar –, procurou-se uma explicação para a questão central que estrutura este artigo.

No campo de investigação em História da Educação, ainda há falta de políticas públicas que compreendam as instituições educativas como patrimônio histórico-educativo, com ações de guarda dos documentos produzidos, dificultando o acesso público. Muitas vezes, como já registrado por Costa et al., (2022) em outras produções, tais documentos encontram-se no âmbito privado, nas casas das pessoas que passaram pela instituição em determinado tempo, tornando-se guardiães de parte dos documentos. Esse elemento é uma característica das

fotografias analisadas neste artigo, oriundas das Coleções do Professor Álvaro Lopes³ e da estudante Marinette Machado.

O IEGRS foi criado em 12 de junho de 1962 com a denominação de Instituto de Educação Duque de Caxias, pelo Decreto Estadual nº 8.272 e, logo no ano seguinte, teve seu nome alterado, via novo Decreto Estadual nº 10.756, de 30 de janeiro de 1963, para Instituto de Educação Roberto Silveira. Em junho de 1963, a palavra governador foi acrescida ao nome da instituição pela Lei Estadual nº 5.233, de 09 de outubro de 1963⁴. Sua criação se deu na conjuntura de expansão da rede de educação pública no estado do Rio de Janeiro, como resultado de um convênio com o município. O IEGRS iniciou suas atividades sob a direção do professor Álvaro Lopes, implantando turmas ginasiais, em um primeiro momento.

Diante da sua criação via decreto, iniciaram-se as obras para a construção do prédio que abrigaria a instituição educativa. Até a sua inauguração, em junho de 1964, o IEGRS realizou o primeiro Exame de Admissão à 1ª série do curso ginásial, em espaço cedido pelo Grupo Escolar Duque de Caxias. Foi abrigado, inicialmente, pela Associação Espírita Caibar Schutel, onde dividiu as instalações com a Escola Abraham Lincoln, mantida pela Associação. Cabe ressaltar que a primeira turma a ser implementada no Instituto pertenceu ao curso ginásial, e somente em 1965 tiveram início as turmas de formação de professores e demais níveis. A fotografia 1 representa um fragmento do prédio da Escola Abraham Lincoln, capturada no ano de 1963. Pode-se identificar a primeira turma ginásial do IEGRS, com os professores, funcionários e convidados.

Fotografia 1: 1963. Fachada do prédio da Escola Abraham Lincoln. Coleção do professor Álvaro Lopes.



Acervo digitalizado pelo CEPEMHED.

³ Primeiro diretor da escola e um dos articuladores da implantação do IEGRS na cidade.

⁴ A mudança de nome deve-se, sobretudo, a uma homenagem realizada pelo então governador Badger da Silveira ao seu irmão e governador do Rio de Janeiro eleito em 1958, cujo falecimento ocorreu no ano de 1961, interrompendo assim o seu mandato.

A inauguração do novo prédio escolar trouxe as marcas que as reformas da educação pública procuravam introduzir em nível nacional. A fotografia 2 representa a Fachada do IEGRS, capturada em 1964, por ocasião da inauguração do prédio escolar. Essa fachada foi durante muitos anos um local escolhido por professores, estudantes, representantes do poder público e das personalidades locais para a representação de eventos relacionados às práticas educativas da instituição. A identificação desse conjunto de fotografias parece indicar a necessidade política em reforçar as relações entre o governo do estado do Rio de Janeiro e a cidade, assim como tornar evidente uma construção escolar de grande escala para a cidade, como proposta de um período no qual as ideias pedagógicas se direcionavam para processos sistematizados com ênfase na racionalidade científica.

Fotografia 2: Década de 1960. Fachada do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Coleção professor Álvaro Lopes.



Acervo digitalizado pelo CEPEMHed.

Nota-se uma estrutura de prédio escolar similar aos institutos de educação que já existiam no estado do Rio de Janeiro. O IEGRS ocupa um quarteirão do espaço mais valorizado, economicamente, da cidade de Duque de Caxias, com elementos de destaque, como um amplo gramado, o mastro para o hasteamento de bandeiras em nível nacional, estadual e municipal, bem como diferentes pontos de acesso ao interior do prédio. Nessa perspectiva, o conjunto de tais imagens, em especial aquelas tiradas nas décadas em que o acesso à fotografia era mais restrito, possibilitou observar que se buscavam enaltecer as práticas e os projetos de educação, cunhados no período estudado.

No que tange a sua organização⁵, o IEGRS abrigou, a partir de 1965, diferentes níveis de educação. Em dezembro de 1965, através do Decreto nº 12.169, foi criado o Jardim de Infância, cumprindo a oferta de educação pré-primária às crianças de até sete anos. A lotação inicial foi provida por dois professores do ensino primário do Quadro de Professores do Município de Duque de Caxias. Ainda no mesmo ano, o Grupo escolar de 4ª Categoria foi criado através do Decreto nº 12.168, como parte da instituição. Para a lotação foram transferidos sete professores do Quadro de Professores do Município de Duque de Caxias e dois professores do Grupo Escolar Monte Castelo⁶.

A formação pública de professores primários no município de Duque de Caxias foi estabelecida em 1965 com a criação da escola normal de grau colegial do IEGRS, fruto de campanha pela instituição de formação pedagógica para professores, em substituição às práticas de profissionais que não tinham registro formal de diplomação – professoras leigas. Atendendo à finalidade do ensino normal de formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, exigida pela LDB nº 4.024/1961, o IEGRS realizou, ainda em 1964, um Curso de Especialização em Educação Primária e, em 1965, um Curso de Formação de Orientador de Educação Primária e um Curso de Treinamento de Professores Leigos. A Formação estendeu-se, ainda, aos Cursos Adicionais de Comunicação e Expressão, de Ciências, de Estudos Sociais, de Pré-Escolar, de Alfabetização e de Educação Especial.

A fotografia 3 mostra a primeira turma de formação de professores, capturada entre 1965 e 1967. Faz parte da coleção da professora Marinette Machado, aluna da primeira turma de formação de professores do IEGRS. A educação municipal contava com muitos estabelecimentos privados (LUSTOSA, 1958), e a distribuição de bolsas de estudos para os estudantes sem acesso ao ensino público era uma medida política de contenção das revoltas dos trabalhadores que lutavam pela educação como uma possibilidade de ascensão social. Nesse

⁵ Em 1966, teve início o Curso superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), nos termos da LDB nº 4.024/1961. Em 1967, foi criada a primeira Faculdade de Educação Pública da Baixada Fluminense. O CFPEN foi reconhecido como curso de Pedagogia, em 1970, e incorporado à UERJ, em 1981, permanecendo abrigado nas instalações do Colégio até 1968 (CEPEMHed, 2012).

⁶ A reforma da instrução pública que incidiu sobre a concepção de instrução escolar, até então conduzida pelo regime imperial, propôs transformações na organização da escola pública e nas práticas pedagógicas. Os Grupos Escolares foram fruto dessas transformações na legislação sobre a instrução. No período posterior à promulgação da República, teve início a implementação de Grupos Escolares, em um primeiro momento, no estado de São Paulo. Configuraram-se como expressão da modernização da instrução pública e da sua democratização, de acordo com os preceitos emanados pelo regime republicano. Em Duque de Caxias, encontram-se alguns vestígios de instituições que se aproximam do formato dos Grupos Escolares, a partir da década de 1950 (SOUZA, 2006).

contexto, formar novos professores tornaria possível ampliação das redes públicas e privadas de ensino.

Fotografia 3: Década de 1960. Alunas da primeira turma do Curso Normal. Coleção Marinette Machado.



Acervo digitalizado CEPEMHed.

A concepção tecnicista começava a se delinear nas práticas educativas preconizadas nesta conjuntura. Suas bases teóricas pautavam-se na psicologia behaviorista, na engenharia comportamental, na informática, com inspiração filosófica neopositivista e no método funcionalista (SAVIANI, 2011). Propunha o reordenamento do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional, de modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, minimizando as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. As propostas pedagógicas que erigiram dessa forma de conceber o ato educativo passavam pelo enfoque sistêmico, o microensino, a instrução programada, o ensino por meio da televisão, as máquinas de ensinar, entre outras propostas que tornavam o processo educativo mecanizado, advogando uma suposta neutralidade científica, inspirada nos princípios da eficiência e da produtividade.

A adoção da concepção pedagógica tecnicista encontrou amparo no Decreto nº 9.528, de 5 de dezembro de 1962. Tais formulações jurídicas compreendiam os Institutos de Educação como estabelecimentos de ensino normal que abarcavam o curso normal, ginásial, grupo escolar e jardim de infância, esses últimos considerados “campo de aplicação para a prática profissional do aluno-mestre, ensejando-lhes as necessárias oportunidades de observação de aulas-modelo e de experimentação pedagógica” (RIO DE JANEIRO, 1962). Esse arcabouço legal

considerava tal conjunto de cursos como o campo de aplicação para a prática profissional do aluno em processo de formação.

A fotografia 4 apresenta um fragmento do uso de uma sala criada no IEGRS com o objetivo de adequação às ideias pedagógicas tecnicistas. Ela representa a sala de Pedagogia Aplicada. Não se conseguiu, de forma precisa, a informação sobre a data em que foi capturada. No cruzamento com outros documentos, entende-se que esta fotografia pode ter sido capturada ao final da década de 1960.

Fotografia 4: S/D. Sala de Pedagogia Aplicada. Coleção Professor Álvaro Lopes.



Acervo digitalizado CEPEMHed.

A Sala de Pedagogia aplicada possuía uma estrutura que separava a turma a ser observada do contato direto com as estudantes do Curso de Formação de Professores, por meio de um vidro transparente. Lá se estabeleceram aulas-modelo, que consistiam na observação das técnicas demonstradas pela professora da turma, como uma espécie de laboratório. A ideia de eficiência e produtividade aliadas à defesa de uma suposta neutralidade científica estavam por trás das técnicas de ensino que passaram a ser ensinadas como princípio de uma educação objetiva.

O elemento principal do processo de aprendizagem que se pode identificar na imagem voltou-se para a técnica, na qual professores e alunos ocupam posição secundária, sendo relegados à condição de executores das ações planejadas, coordenadas e controladas por especialistas que, supostamente, possuem o conhecimento técnico considerado neutro, objetivo e imparcial. A observação da técnica de ensino, da ação planejada nos princípios da racionalidade e eficiência, de acordo com tal concepção, conferia aos estudantes do magistério

a possibilidade de corrigir as deficiências do processo de ensino, maximizando os efeitos da sua intervenção. A pedagogia tecnicista se concentrava, portanto, no aprendizado da prática pedagógica em seus princípios técnicos a partir da observação. Tal aspecto remete à conjuntura que Saviani (2011) denominou de articulação da pedagogia tecnicista na década de 1960.

Considerações Finais

A conjuntura dos anos 1960 evidencia intenso debate na sociedade em torno de temas do desenvolvimento e da modernização nacional, mas, realmente, chama atenção a existência de movimentos sociais que buscavam conquistar direitos sociais, dentre eles o direito à educação pública e gratuita. Ainda que com certos limites e concessões à iniciativa privada, a LDB nº 4.024 publicada em 1961 evidenciou em alguns de seus artigos a estruturação da formação de professores para atuar na escola primária, apontando o Curso Normal oferecido por Institutos de Educação como o mínimo desejável para qualificar o professorado primário.

Nessa época, o município de Duque de Caxias/RJ começava a receber indústrias e comércio em seu território, com destaque para a existência da Fábrica Nacional de Motores e a criação em 1961 da Refinaria Duque de Caxias (REDUC). O crescimento urbano-industrial e o crescimento populacional, em especial da classe trabalhadora residente no município, foram alguns dos elementos que favoreceram a ampliação, a duras penas, das redes de escolas da região.

A fundação do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, nesse sentido, atende aos debates pelo direito à educação, à regulamentação da formação desejável para os professores do ensino primário e dialoga com a conjuntura de expansão populacional e desenvolvimento econômico da cidade.

Com o término da construção do prédio da escola, a deflagração do golpe civil-militar de 1964 e a articulação com a pedagogia tecnicista, foi possível notar que o ensino dos docentes em formação partia da observação e repetição dos modelos educativos experimentados na sala pedagógica ilustrada na fotografia 4. Assim, há o rompimento com os debates em torno da educação pública e gratuita que até então vinha sendo colocada pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, as fotografias selecionadas, a partir do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CEPEMHed, foram fontes substanciais para mobilizar discussões articuladas à história dessa instituição escolar na complexa conjuntura em que foi criada e que começou seus trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, C. D. et al. Notas sobre o Processo de Escolarização em Duque de Caxias. Seu Legado, Nossa Herança. **Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**. Duque de Caxias/RJ, Ano: 17, n. 16, mai. 2018, p. 63-73.
- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria Revolução**. Tese de Doutorado. 405 páginas. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Leandro/Downloads/Barao_GilcilenedeOliveiraDamasceno_D%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Leandro/Downloads/Barao_GilcilenedeOliveiraDamasceno_D%20(1).pdf)
Acesso em: 10 maio 2013.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, vol. 07, p. 11429. 27 dez. 1961. Seção 1.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010. CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda. (org.). **A leitura de imagens na pesquisa social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CEPEMHed. **Coleção Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, n. 07 – Memórias em Cartão – Educação em Duque de Caxias**. Duque de Caxias/RJ: CEPEMHed/IEGRS, 2012, 1. ed.
- CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda. (org.). **A leitura de imagens na pesquisa social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- COSTA, M. T. et al. Percursos Educativos em Duque de Caxias: a História Oral como Fonte na Pesquisa em Educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, XVI, 2022, Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Nacional de História Oral – Pandemia e Futuros Possíveis**. Rio de Janeiro: ABHO, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xviencontronacionaldehistoriaoral>. Acesso em: jan. 2023.
- DAVID, F. D. et al. **Celeiro de Cultura e Memória: Um Instituto de Educação em Duque de Caxias**. Juiz de Fora/MG, v. 22, n. 22, mai.-ago. 2017, p. 112-144.
- LUSTOSA, J. **Cidade de Duque de Caxias, desenvolvimento histórico do município – dados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE – Serviços Gráficos, 1958.
- RIO DE JANEIRO. Decreto nº 8.272, de 12 de junho de 1962. Dispõe sobre a criação do Instituto de Educação de Duque de Caxias. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ. 12 jun. 1962. Seção 3.
- RIO DE JANEIRO. Decreto nº 9.528, de 05 de dezembro de 1962. Dispõe sobre a organização dos institutos de educação. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ. 05 dez. 1962. Seção 1.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 10.756, de 30 de janeiro de 1963. Dispõe sobre a nova denominação do Instituto de Educação de Duque de Caxias. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ. 30 jan. 1963. Seção 3.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.233, de 09 de outubro de 1963. Dispõe sobre o acréscimo da palavra governador ao Instituto de Educação Roberto Silveira. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ. 09 out. 1963. Seção 1.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 12.168, de 21 de dezembro de 1965. Dispõe sobre criação do Grupo Escolar de 4ª Categoria integrante do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ, n. 10.283. 22 dez. 1965.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 12.169, de 21 de dezembro de 1965. Dispõe sobre criação do Jardim de Infância integrante do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ, n. 10.283. 22 dez. 1965.

SANFELICE, José Luís. Introdução. In: SANFELICE, J. L.; JACOMELI, M. R. M.; PENTEADO, A. E. A. (org.), **Histórias de Instituições Escolares: Teoria e Prática**. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. Curso de Pedagogia em Questão: de volta para o passado? **Formação em Movimento**, 2021. Disponível em:
<http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/881> Acesso em: 23 mar. 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Fátima de Rosa; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.